

Implicações da Crise Migratória Venezuelana para as Políticas Brasileiras de Segurança e Defesa: Perspectivas para o Equacionamento de Conflitos

Implications of the Venezuelan Migration Crisis for the Brazilian Security and Defense Policy: Perspectives for Conflict Management

Tiago Soares Nogaraⁱ
Universidade de Brasília
Brasília, Brasil

Victor Leão Wobetoⁱⁱ
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Resumo: O trabalho a seguir visa identificar as principais implicações da atual crise migratória venezuelana para as formulações das políticas brasileiras de segurança e defesa. A hipótese do trabalho é de que o exponencial aumento do fluxo migratório de venezuelanos para o território brasileiro possui flagrante conteúdo geopolítico, hoje obliterado no debate público sobre o tema devido à uma falsa dicotomia por ora estabelecida, concentrada na contraposição das dimensões securitárias e humanitárias da questão migratória. Neste contexto, a atuação diplomática na mediação do confronto político venezuelano e o protagonismo do Estado nacional na recepção e regularização dos imigrantes venezuelanos aparecem como medidas afins com o interesse estratégico brasileiro, evitando o transbordamento do conflito para além das fronteiras da Venezuela e garantindo o controle do país sobre as questões referentes ao aumento do fluxo migratório.

Palavras-chave: Venezuela; Brasil; Imigração; Roraima; Soberania.

Abstract: This article has the aim of identifying the main implications of the current Venezuelan migratory crisis for the formulation of Brazilian security and defense policy. Our hypothesis is that the exponential increase in the migratory flow of Venezuelans into Brazilian territory has serious geopolitical implications which are absent in public debate due to a false dichotomy contrasting security and humanitarian dimensions of migration. In this context, diplomatic action in the mediation of Venezuelan political confrontation

ⁱ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI). tiagosnogara@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-1560-8150>

ⁱⁱ Graduando em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). victorlwobeto@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-1443-0338>

and the role of the national State in the reception and regularization of Venezuelan immigrants appear as measures related to Brazilian strategic interests meant to avoid the overflow of the conflict beyond the borders of Venezuela so guaranteeing national sovereignty in issues related to increased migration flows.

Keywords: Venezuela. Brazil. Immigration. Roraima. Sovereignty.

Introdução

O trabalho a seguir visa identificar as principais implicações da atual crise migratória venezuelana para as formulações das políticas brasileiras de segurança e defesa. Compreendendo que a crise política e econômica venezuelana constitui a principal força motriz da ascensão do processo migratório, o trabalho buscará interligar as dinâmicas do conflito venezuelano com a capacidade de atuação política do Brasil para contribuir no seu equacionamento, bem como para inibir a proliferação de conflitos frente ao aumento do fluxo de imigrantes. Assim, mais do que promover o debate acerca das políticas públicas para a recepção do acentuado contingente de imigrantes provenientes da Venezuela, o trabalho visará focalizar o componente político deste processo, com reflexos importantes para as relações bilaterais entre os dois países, mas, também, para a defesa de interesses estratégicos do Brasil na região fronteiriça com os venezuelanos e especialmente no conjunto da região amazônica.

A hipótese do trabalho é de que o exponencial aumento do fluxo migratório de venezuelanos para o território brasileiro possui flagrante conteúdo geopolítico, hoje obliterado no debate público sobre o tema devido à uma falsa dicotomia por ora estabelecida, centrada na contraposição das dimensões securitárias e humanitárias da questão migratória. Neste contexto, a atuação diplomática na mediação do confronto político venezuelano e o protagonismo do Estado nacional na recepção e regularização dos imigrantes venezuelanos aparecem como medidas afins com o interesse estratégico brasileiro, evitando o transbordamento do conflito para além das fronteiras da Venezuela e garantindo o controle do país sobre as questões referentes ao aumento do fluxo migratório.

Num primeiro momento, será esboçado um quadro geral da evolução da crise política venezuelana nos últimos anos, destacando suas condicionantes geopolíticas e seus reflexos para o aumento da emigração. Na segunda etapa do trabalho, será exposto um panorama dos fluxos migratórios de venezuelanos para o território brasileiro, analisando algumas de suas implicações mais imediatas e especulando acerca de possíveis decorrências futuras. Por fim, serão apresentadas perspectivas para as políticas brasileiras de segurança e defesa, a partir da articulação entre os elementos que conformam a crise política venezuelana, o aumento do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil e a capacidade política brasileira para lidar com as dinâmicas deste complexo processo.

A Crise Venezuelana

A Venezuela, fruto do desmembramento da Grã-Colômbia em 1830, conviveu com a instabilidade dos confrontos que sedimentaram seu Estado nacional até meados da

primeira metade do século XX. Apenas com o governo ditatorial de Juan Vicente Gómez, entre 1908 e 1935, o país consolidaria seu Estado nacional, com uma administração centralizadora fortalecida pelos ganhos da prospecção petrolífera, então ligada ao capital estrangeiro (VISENTINI, 2001). Se por décadas prevaleceram os regimes centralizadores, ilustrados tanto pelos governos de Gómez quanto do General Marcos Pérez Giménez – ainda que contando com o interregno democrático do *Triênio Adeco* –, após 1958, com o *Pacto de Punto Fijo*, o país passaria a conviver com a estabilidade das instituições democráticas, num processo de alternância eleitoral entre a Ação Democrática (AD), socialdemocrata e partido-membro da Internacional Socialista, e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), democrata-cristão e com características mais conservadoras.

A incomum estabilidade democrática lograda pela Venezuela e seus enormes ganhos inerentes à produção petrolífera consolidaram uma excepcionalidade num contexto político hemisférico de proliferação de regimes ditatoriais, impulsionando duas percepções que, na visão de Amado Cervo (2001), conformariam o semblante autoconfiante da inserção regional venezuelana: (1) a crença em sua superioridade econômica, advinda da riqueza petrolífera; (2) a crença em sua superioridade política, substanciada na *Doutrina Betancourt*, que levaria ao estremecimento de suas relações com os regimes ditatoriais latino-americanos, tendo em vista a orientação venezuelana de reconhecer apenas governos oriundos de processos eleitorais consonantes com as normas constitucionais dos respectivos países.

A excepcional estabilidade democrática e razoável vitalidade econômica venezuelana não escaparam ao contexto da crise dos anos 1980, o que levou Caracas a adotar, ainda que com certa relutância, os receituários neoliberais ao final da década. A desvalorização do bolívar pelo presidente Luís Herrera Campíns, naquela que ficou conhecida como a “sexta-feira negra”, em 1983, pode ser apontada como o ponto de inflexão para a progressiva gestação de uma crise política e social, que desembocaria nos acontecimentos do *Caracazo*, ou *Sacudón*, em 27 de fevereiro de 1989, quando a alta nos preços do transporte coletivo, decorrente do aumento nos preços da gasolina, e a promessa de novos ajustes neoliberais pelo presidente Pérez levaram as massas empobrecidas dos *cerros* de Caracas e outras cidades a saquearem supermercados e lojas, gerando uma repressão policial responsável por mais de 400 mortes. A ocorrência desse lamentável incidente induziu o ex-presidente Rafael Cadeira a declarar a quebra da “vitrine da democracia” da América Latina, ilustrando o rompimento do pacto petroleiro-rentista que sustentou por anos o sistema político venezuelano.

Segundo afirmaria o próprio Hugo Chávez Frías, a utilização das Forças Armadas para reprimir o levante popular protagonizado durante o *Caracazo* foi a chave para o movimento iniciar uma aceleração de sua expansão, passando a buscar maior aproximação com movimentos populares (HARNECKER, 2004). Essa aceleração resultou nas duas tentativas de golpe dirigidas pelo Movimento Bolivariano Revolucionário, em 1992. Se na primeira tentativa, em fevereiro de 1992, o MBR sofreu uma flagrante derrota militar, ainda assim conquistou uma profunda vitória política, com a rendição de Chávez condicionada a um anúncio em rede nacional na televisão, ampliando a visibilidade e inclusive o apoio popular ao movimento (MENDES, 2012). Esse apoio apareceu não somente

em pesquisas de opinião, como também na mobilização de setores civis conjuntamente ao MBR na segunda tentativa de golpe, também fracassada, em novembro de 1992.

Com a vitória eleitoral de Hugo Chávez, em 1998, e a elaboração de uma nova Constituição, em 1999, se alteraram radicalmente os padrões das disputas políticas até então travadas pelo controle do Estado venezuelano, com a proeminência da participação popular na aprovação de projetos, pela via de plebiscitos, bem como na execução de políticas públicas, vindo à tona nesta nova conjuntura. Se inicialmente o governo de Chávez, ainda que com uma retórica típica de um nacionalismo-popular radicalizado, fora composto por forças sociais heterogêneas, incluindo diversos ministros ligados às tradicionais elites econômicas do país, após a tentativa de golpe de Estado orquestrada pela oposição em 2002, com apoio de parte dos duvidosos aliados do governo chavista, a coalizão governante passou a estreitar seu arco de alianças policlassistas, radicalizando sua prática e retórica. A polarização política da sociedade tornou-se uma constante, com o grupo oposicionista aderindo abertamente a táticas subversivas para forçar a derrubada do governo por vias não constitucionais. Como bem se percebe, o radicalismo e as posturas refratárias ao diálogo não se resumiam às posições do governo, mas principalmente às da oposição, desesperada com sua incapacidade de vencer os tortuosos e recorrentes processos eleitorais em curso. Longe de conformar uma consequência de supostas fraudes eleitorais, as sucessivas vitórias eleitorais resultavam de uma bem-sucedida estratégia formulada pelos chavistas:

Sob a perspectiva das massas desorganizadas que bradavam contra o status quo, os tradicionais partidos e instituições venezuelanas pareciam mesclar-se com um projeto não mais capaz de elevar os níveis de vida da população, com os programas neoliberais e o *Pacto de Punto Fijo* aparecendo, naquela altura, como duas faces de uma mesma moeda. Chegando ao governo, Chávez valeu-se do apoio popular para respaldar a dita “refundação”, ocorrida através do processo constituinte de 1999. Mais do que uma medida de mero caráter ideológico, o processo de “refundação da república” foi indispensável para o posterior embate de Chávez com as forças neoliberais e antinacionais (quando do avanço contra a abertura petroleira), fornecendo ao governo não apenas o devido apoio popular às medidas, mas também mecanismos político-institucionais que permitiram ao governo implantar as reformas, acionando esse apoio nos momentos de “medição de força” com as forças oposicionistas. Resumidamente, podemos apontar que o elemento central da estratégia do governo chavista, no momento de sua ascensão à presidência, passava diretamente por uma política de *enfrentamento prolongado* ao neoliberalismo, estando a Assembleia Constituinte diretamente ligada a esta estratégia, fornecendo os alicerces necessários para o enfrentamento que se desdobraram entre 2001-2004, permitindo a continuidade do processo de transformações sociais. Se num primeiro momento o governo buscou dialogar com setores tradicionais das elites venezuelanas, a escalada golpista destes, dirigida pela *Fedecamaras*, azedou suas relações com Chávez, que, respaldado por setores populares, passou a ampliar as reformas contra o neoliberalismo a partir de

uma coalizão mais estreita, porém com acentuado poder de mobilização de suas bases sociais. (NOGARA & OLIVEIRA, 2017, p. 74)

O desenrolar desta patente e persistente polarização, exercida por dentro e por fora dos processos eleitorais, conformou, com o passar dos anos, um cenário de progressiva deterioração da capacidade de os governos chavistas implementarem grande parte de seus projetos, tendo em vista a necessidade de atentarem aos exercícios de confrontação e concertação política necessários à estabilização do cotidiano do país. Conjugados com as flutuações econômicas às quais a pouco diversificada e petróleo-dependente economia venezuelana, os elementos da crise política evoluíram para um quadro de interminável desgaste das instituições públicas. Para além dos conflitos internos, a política externa desenvolvida por Hugo Chávez criou uma série de atritos bilaterais, especialmente com a vizinha Colômbia e com os Estados Unidos da América. A latente e permanente disputa com a Guiana pela região de Essequibo também foi evocada por diversas vezes. Os contornos geopolíticos dos rumos das disputas ecoam sobre o conflito interno, com a desestabilização política e econômica sendo, de certa forma, também impulsionada por intromissões estrangeiras nos assuntos venezuelanos.

Com a piora do estado de saúde de Hugo Chávez, Nicolás Maduro tomou posse em janeiro de 2013, herdando o legado chavista à frente da República Bolivariana da Venezuela. Em novas eleições, realizadas em abril de 2013, Maduro derrotou Henrique Capriles, principal candidato da oposição, que não aceitou o resultado e exigiu recontagem dos votos, que acabou atestando a vitória de Maduro. Não satisfeito, Capriles pediu a anulação das eleições junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da OEA, gerando reações do governo venezuelano, como o anúncio de seu desligamento da CIDH, acusada de ser um instrumento do imperialismo estadunidense (MARTINS, 2018). Em 2015, as eleições parlamentares retirariam dos chavistas sua maioria na Assembleia Nacional, o que decorreria no avanço das tentativas de obstrução das políticas do governo por parte da oposição, resultando na utilização, por parte de Maduro, do Poder Judiciário para fragilizar as movimentações do bloco opositor no âmbito parlamentar. Esta crise institucional sem precedentes corroborou à caótica conjuntura da Venezuela, que desde 2014 tem visto aumentar considerável as emigrações de seu país, fruto principalmente da crise econômica, dificilmente capaz de ser resolvida sem um anterior equacionamento dos graves problemas políticos do país, que envolvem desde acusações por parte do governo acerca de atividades de sabotagem econômica desenvolvidas pela oposição até confrontos entre grupos opositores nas ruas, o que não por acaso estimulou medidas como a prisão do líder opositor Leopoldo López, em 2014.

Com o afastamento e posterior falecimento de Chávez, a coalizão política chavista foi ainda mais debilitada, o que fomentou a radicalização das movimentações da oposição. A dramatização do conflito uniu-se à debilidade econômica apresentada pela Venezuela frente às baixas no preço internacional do petróleo (Figura 1). A disparada da espiral inflacionária, do desemprego e do desabastecimento de produtos básicos minou os fundamentos da já escassa estabilidade política existente no país até então. Previsões do FMI estimam um aumento de 1.800.000% na taxa de inflação venezuelana dos pró-

ximos anos, além da ampliação da queda da taxa de crescimento, que já havia sido de 14% negativa em 2017 (EL PAÍS, 2018).

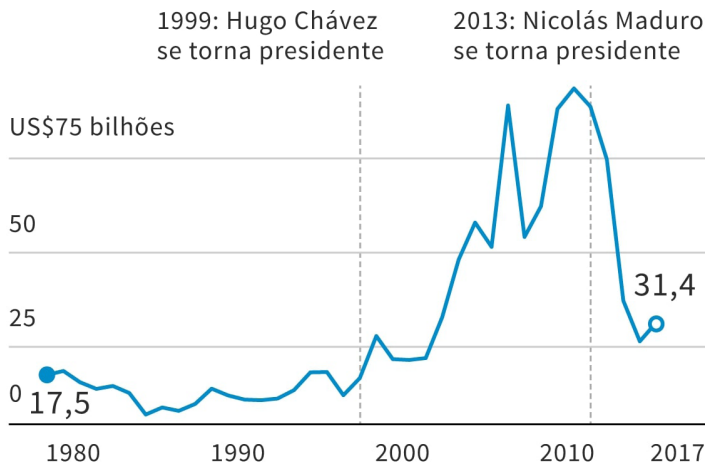


Figura 1 – Dados da OPEP acerca do valor das exportações de petróleo venezuelano. Fonte: *Gazeta do Povo* (28 jan. 2019).

Em maio de 2017 foi iniciada nova etapa da crise, após Nicolás Maduro convocar uma Assembleia Constituinte. A oposição entendeu a medida como uma manobra dos chavistas para ampliar o poder do Executivo, governista, sobre o Legislativo, com hegemonia oposicionista, passando a denunciá-la enquanto uma espécie de golpe de Estado. O processo eleitoral para escolha dos constituintes foi executado, ainda que sob contestação, com uma taxa de comparecimento acima dos 40%. Tempos depois, as eleições presidenciais de 2018 foram antecipadas para o mês de maio, decorrendo na reeleição de Nicolás Maduro e acirrando as contestações da oposição, que em parte boicotou o processo eleitoral. Não reconhecendo o resultado eleitoral, Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional, se autodeclarou novo presidente e exigiu a realização de novas eleições. Desde então, Estados Unidos da América, Brasil, Colômbia, Argentina e outros países – inclusive a maioria dos sul-americanos – reconheceram Guaidó enquanto presidente, ao mesmo tempo em que potências como Rússia e China mantiveram o reconhecimento ao governo Maduro, garantindo apoio político e até mesmo militar ao mesmo.

O recrudescimento dos conflitos políticos e sociais ocorre, portanto, num ambiente carregado pela onipresente possibilidade de evolução do quadro para o de uma guerra civil, ou até mesmo de uma intervenção estrangeira, tendo em vista os interesses geopolíticos de grandes potências envolvidos. O fato de os chavistas manterem sua capacidade de lograr vitórias eleitorais, não respaldadas integralmente pela oposição, e, ao mesmo tempo, possuírem fortes vínculos com as Forças Armadas do país induz a resolução do conflito para dois caminhos distintos: o de violentos confrontos por fora da institucionalidade, podendo acarretar um golpe de Estado e conseqüente uma Guerra Civil, ou de uma concertação política entra as partes conflitantes, reestabelecendo a estabilidade

política do país para permitir a execução de medidas em prol da retomada do crescimento econômico, necessário para sanar o desemprego, a inflação, o desabastecimento e a o espraiamento da violência urbana e rural, elementos hoje responsáveis por aumentar consideravelmente o fluxo migratório de venezuelanos para outras localidades.

O Aumento do Fluxo Migratório Venezuelano: Reflexos para o Brasil

O aumento da imigração venezuelana para países vizinhos tem sido constante, principalmente desde o ano de 2014, frente ao acirramento do contexto de crise interna do país. Relatório formulado pela ACNUR sobre a situação na Venezuela (2018), estima em cerca de 1,5 milhão o número total de venezuelanos imigrantes, destacando o aumento em 2.000% das solicitações de asilo por parte dos venezuelanos desde 2014. Se em 2014 foram realizadas 4.040 solicitações de asilo, em 2017 este número chegou a 94.284, totalizando mais de 140 mil solicitações entre 2014 e 2017. Em meados de 2018, o número médio de chegadas de imigrantes venezuelanos em países vizinhos atingiu a cifra de 5.000 por dia. Estudo da Organização Internacional para as Migrações (OIM) apontou que o número de venezuelanos vivendo no exterior aumentou de 697.526, em 2015, para 1.622.109, em 2017, comprovando que os conflitos em curso têm significativa tendência a gerar um significativo incremento dos fluxos migratório (Figura 2).

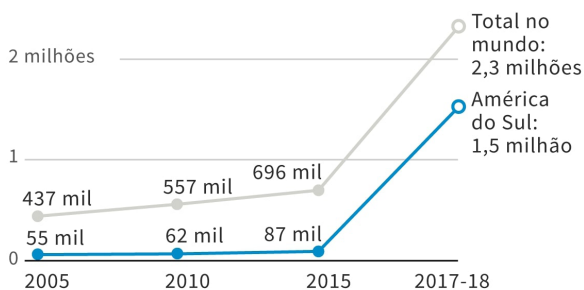


Figura 2 – Dados da OIM acerca do número de venezuelanos morando fora do país.

Fonte: *Gazeta do Povo* (28 jan. 2019)

Vale lembrar que estimativas apontam a residência de cerca de 3 milhões de colombianos no território venezuelano, tendo em vista que por anos o fluxo migratório se realizou no sentido Colômbia-Venezuela, fruto, em grande parte, dos efeitos da Guerra Civil colombiana, bem como das políticas de recebimento de imigrantes executadas pelo governo venezuelano. A recente inversão do fluxo migratório direcionou considerável contingente de venezuelanos para o território colombiano, onde se prognostica a presença de cerca de 600.000 venezuelanos, dos quais grande parte acessou o país após o ano de 2014.

Os deslocamentos por via terrestre tendem, na maioria das vezes, a direcionar seus fluxos para as chamadas *fronteiras vivas*, no caso venezuelano concentradas na sua faixa divisória com a Colômbia. Apesar de possuir extensas fronteiras com o Brasil e a Guiana, notáveis são os efeitos mitigadores dos processos migratórios gerados pela pouca vivificação

e pelo difícil acesso às suas respectivas zonas fronteiriças. Por outro lado, ao mesmo tempo em que estas condições regionais de relativo isolamento reduzem o fluxo migratório, também limitam a capacidade destas sociedades, alheias aos centros dinâmicos da economia brasileira, garantirem uma integração não traumática aos imigrantes provenientes deste reduzido, mas relativamente grande, número de estrangeiros que têm acessado estas regiões.

Como bem ressaltou Vaz (2017), o território de Curaçao, possessão holandesa no Mar do Caribe, tem demonstrado preocupação com o aumento do fluxo migratório venezuelano, tendo em vista sua proximidade geográfica com a zona costeira da Venezuela. Da mesma forma, o fato de que cerca de 3 milhões de venezuelanos detêm direitos à cidadania espanhola, 1 milhão à italiana e outros 400 mil à portuguesa faz com que estes países europeus, junto à Holanda, percebam possíveis implicações do aumento dos fluxos migratórios para seus respectivos territórios (VAZ, 2017).

No Brasil, a ACNUR estima que em 2018 o número de venezuelanos cruzando a fronteira brasileira por dia chegou a 800. Até fevereiro de 2018, 24.818 pedidos de asilo haviam sido registrados. Segundo dados da Polícia Federal brasileira, é provável que mais de 70 mil tenham entrado e permanecido no país desde 2016. Apenas em Boa Vista, capital roraimense, vivem cerca de 40.000 venezuelanos, perfazendo 10% da população total da cidade (ACNUR, 2018). Interessante notar que desde os anos 1970 até poucos anos atrás, a maior parte do fluxo migratório nesta região concentrava-se na saída de brasileiros para a Venezuela, com a atual situação estabelecendo, tal qual exposto no caso colombiano, uma inversão no fluxo.

Vaz (2017) observou a existência de diferentes fatores que podem concorrer tanto para o aumento dos contingentes migratórios na região fronteiriça Brasil-Venezuela. Segundo o autor, três seriam os fatores potencializadores deste possível aumento: a existência do longo eixo rodoviário estabelecido pela BR 174, que conecta Manaus a Boa Vista e adentra a Venezuela, conformando conexões tanto com Miranda, capital do Estado de Bolívar, quanto com Caracas, capital nacional; a preexistência de interações políticas, econômicas e sociais, ainda que de pequena escala, na região fronteiriça, contribuindo para o estabelecimento da busca de oportunidades tanto no eixo Boa Vista-Pacaraima quanto em direção a Manaus; a tendência de o governo brasileiro não impor obstáculos ao fluxo migratório venezuelano.

As dificuldades encontradas pelos venezuelanos para obterem oportunidades de emprego no eixo Pacaraima-Boa Vista é patente. Muitos acabam desabrigados, desempregados e a deterioração de suas condições de vida acirram as preexistentes fragilidades sociais da região, especialmente na capital Boa Vista. As históricas dificuldades econômicas enfrentadas pelo Estado roraimense e a profunda crise econômica pela qual passa o Brasil já seriam, por si sós, suficientes para causar processos de ebulição social no território em questão, agora agravados num contexto de progressivo crescimento demográfico. Assim, proliferam-se as adesões à informalidade laboral, à execução de atividades ilícitas e as ocorrências de conflitos entre estrangeiros e parcelas minoritárias da população brasileira, refratárias aos efeitos colaterais da crescente presença destes em suas regiões.

Diante do aumento das preocupações sociais e da cobertura midiática da situação em Roraima, o Governo Federal tem empreendido esforços para buscar equacionar

eventuais distorções sociais. Em fevereiro de 2018, o presidente Michel Temer adotou a Medida Provisória 820/2018, que dispôs sobre medidas de assistência emergencial às pessoas em situações de fragilidade decorrentes do aumento do fluxo migratório. Visando fortalecer a articulação de ações integradas a serem desempenhadas pelos governos federal, estadual, distrital e municipal, a MP prognosticou a ampliação de uma série de políticas voltadas para os imigrantes mais vulneráveis, abrangendo questões como a proteção social, atenção à saúde, oferta de atividades educacionais, qualificação profissional e garantia do respeito aos direitos humanos.

Apesar destes esforços, as turbulências enfrentadas pelo Estado de Roraima estiveram longe de ser eliminadas. Em abril de 2018, o Estado de Roraima entrou com ação no STF pedindo o fechamento temporário da fronteira com a Venezuela, em ocasião na qual a então governadora Suely Campos, do Partido Progressista (PP), comunicou a incapacidade de absorver de forma sustentável tamanha quantidade de imigrantes. Nesta mesma ação, Roraima também demandou do STF o aumento das verbas repassadas pela União para a contribuição na mediação da questão migratória. Em seguida, o presidente Temer afirmou ser “incogitável” o fechamento da fronteira com a Venezuela, afirmando esperar o não acatamento do pedido pelo STF.

Ao mesmo tempo em que o Governo Federal demonstra, com ações como as da MP 820/2018, pretensão de fornecer maior amparo aos estrangeiros e exercer maior controle sobre os reflexos sociais e securitários desta atípica e sensível situação, alguns *atores não estatais*, atuantes na área, reivindicam um *afastamento relativo do Estado* à região em questão, demandando uma ação unifocal de caráter “humanitário”. Camila Asano, coordenadora da *ONG Conectas Direitos Humanos*, teceu, em entrevista realizada em fevereiro de 2018 ao sítio *Nexo Jornal* (2018), críticas à forma como o Governo Federal tem conduzido a situação. Dentre as críticas, uma em especial chama muito a atenção: a de uma suposta contradição entre a “abordagem humanitária” proposta por Temer à questão migratória e o paralelo envio de reforços das Forças Armadas brasileiras para a região. Em outra entrevista realizada pela coordenadora, para o *El País Brasil*, ela reafirma esta crítica e preocupação:

A gestão migratória é de competência federal. Espero que eles não foquem tanto nesta questão de controle de segurança, a prioridade é a questão humanitária. O importante é conseguir que esses imigrantes consigam se inserir na sociedade. (ASANO, 2018)

No entanto, como bem indicam tanto as movimentações do Governo Federal quanto as reivindicações do Estado de Roraima, se faz extremamente necessária a presença do Estado brasileiro e do conjunto de suas instituições na condução desta questão, abrangendo suas dimensões políticas, econômicas, sociais. Neste sentido, a indução de políticas públicas coordenadas nacionalmente para garantir uma saudável absorção do fenômeno migratório pela sociedade brasileira aparece como tarefa indispensável, apenas possível se executada de forma planejada pelo Governo Federal, de acordo com as realidades cotidianas das esferas estaduais e municipais. Conforme estudo realizado pela Fundação Getulio Vargas (2018), parcela significativa da população venezuelana

não indígena estabelecida no Brasil apresenta bons índices de escolaridade, com cerca de 78% possuindo nível médio completo e cerca de 32% com ensino superior completo ou até mesmo com pós-graduação. Frente aos atuais problemas enfrentados para a assimilação de parte desta força de trabalho excedente à vida econômica nacional, o mesmo estudo apresentou importantes medidas a serem asseguradas pelas políticas executadas pelo Governo Federal:

Na situação atual, entende-se que haverá a necessidade de uma força-tarefa emergencial envolvendo os órgãos responsáveis: além do Ministério da Justiça e do Itamaraty, é importante envolver a pasta do Trabalho (para articulação com as oportunidades de empregos) e a pasta da Educação (para criar um mecanismo ágil de reconhecimento das habilidades), pois, como é sabido, a revalidação de diplomas é um dos principais gargalos para a alocação satisfatória dos migrantes no mercado de trabalho. Em conjunto, poderiam ser formuladas as necessárias políticas de migração humanitária, familiar e, por demanda, laboral, bem como os respectivos programas, como exemplificam os adotados em outros países, para a atração de empreendedores, a migração familiar para trabalhadores qualificados, o portal com lista de ocupações demandadas, a linha direta com informações para viver e trabalhar no país, os incentivos para cursos de idioma, e projetos-piloto para integração de migrantes humanitários, entre outras. (FGV, 2018, p. 20)

A redução do debate sobre a questão migratória a uma falsa dicotomia entre suas esferas securitária e humanitária contribui, portanto, para dificultar o processo de integração destes imigrantes à sociedade brasileira, afinal, são as próprias Forças Armadas que têm protagonizado as principais atividades de auxílio aos imigrantes. Em março de 2018 foi iniciada a Operação Acolhida, organizada pelas Forças Armadas em parceria com os governos federal, estadual e municipal, estabelecendo medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Visando respeitar as diferenças e desmistificar o preconceito, os abrigos que acolhem os indígenas das etnias Warao e Eñapa realizam um trabalho de manutenção das condições culturais, dos costumes e da preservação do idioma. São disponibilizados locais para armação de redes e áreas para a montagem de fogareiros, bem como distribuídos gêneros alimentícios para a confecção das refeições. Com 391 militares atualmente, a Força-Tarefa vem mostrando, mais uma vez, todo o potencial e a capacidade logística na construção de mais três abrigos, dois deles em Boa Vista e um em Pacaraima. Cada abrigo terá a capacidade de acolhimento de até 500 desassistidos e oferecerá a mesma infraestrutura dos existentes. Diariamente são distribuídas cerca de sete mil refeições, divididas entre café da manhã, almoço e jantar. Desde o início da Operação, foram preparadas mais de 270 mil refeições e 60 toneladas de gêneros alimentícios pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva, do Exército Brasileiro, e pelo Grupo

de Apoio de Boa Vista, da Força Aérea Brasileira. (BLOG DO EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018)

Nessa esteira, candidaturas vinculadas com o processo eleitoral de 2018 aproveitaram-se da situação de calamidade do Estado de Roraima para alavancar votos com base no discurso de repulsa à recepção dos imigrantes venezuelanos. No entanto, cabe ressaltar que esta orientação não encontra respaldo em qualquer documento oficial do governo federal ou nas diretrizes das principais instituições estatais que vêm lidando com as questões decorrentes do aumento do fluxo migratório, vide a postura assumida pelas Forças Armadas durante os trabalhos da Operação Acolhida. Ainda assim, as expressivas votações em Roraima das candidaturas do PSL ao governo do Estado e à presidência da república – de Antônio Denarium e Jair Bolsonaro, respectivamente – demonstram a conjuntural sintonia da população local com possíveis medidas mais abruptas, gerando um problema adicional para a mediação estatal do conflito, afinal, o discurso dos candidatos contrariava frontalmente a política de controle até então exercida e incitava, ainda que indiretamente, possíveis desavenças entre imigrantes e brasileiros na região. E, como demonstrado, as credenciais brasileiras de mediação do conflito vizinho passam, indubitavelmente, pela capacidade do país em conseguir interagir de forma ativa com os desafios impostos pela questão migratória.

Interesses Estratégicos do Estado Brasileiro: as Relações com a Venezuela e a Ingerência Estrangeira na Região Amazônica

Nesta seção, abordaremos as implicações da crise em questão para os *interesses estratégicos do Estado brasileiro*. Ao definirmos estes interesses, partimos da compreensão de que o sentido das relações internacionais e, conseqüentemente, das políticas exteriores de um país tende, em última instância, a ser subordinado aos interesses concretos gerados e modelados pelas necessidades do processo produtivo, que o Estado nacionalmente articula, organiza e representa. Assim, ainda que admitindo a possibilidade das relações internacionais e das políticas exteriores adquirirem certa autonomia na sua dimensão ideológica, compreende-se que os interesses concretos terminam prevalecendo, como condição de segurança, defesa ou expansão do Estado nacional, responsável pela satisfação destes interesses, pouco importando sua forma de soberania ou forma de governo (BANDEIRA, 2010).

Luis Fernandes (2000) destacou que a apreciação da validade de teorias no âmbito geral das ciências sociais há de ser remetida à evolução histórica dos fenômenos sociais que elas pretendem explicar. Bandeira (2010) corroborou esta compreensão, indicando que os fenômenos políticos resultam das transformações de tendências históricas, compreendendo que as análises políticas desprovidas da história – necessária ao conhecimento do passado, enquanto substância real do presente – constituem um exercício ineficaz, na medida em que demonstram apenas a acidentalidade dos fenômenos, e não a sua essência. Desta forma, a definição dos *interesses estratégicos do Estado brasileiro* envolvendo o tema em questão será considerada a partir do padrão histórico das relações bilaterais Brasil-Venezuela, contextualizando-o na atual conjun-

tura e no plano mais amplo da estratégia brasileira de impulsionamento da integração sul-americana.

Se no Brasil a ascensão de um governo de centro-esquerda, com a eleição de Lula, em 2002, ocorreu pela via da costura de acordos políticos envolvendo uma frente parlamentar e social ampla e heterogênea, reunindo agrupamentos com interesses conflitantes mas equacionados dentro das regras do jogo político, na Venezuela, ao contrário, o processo de ascensão do bolivarianismo chavista foi desfechado num ambiente político e social extremamente conturbado, com a eleição de Chávez, em 1998, ocorrendo após duas tentativas de golpe de Estado promovidas pelo seu grupo político, o MBR-200, seu anterior aprisionamento e o esfacelamento das estruturas de um pacto político democrático que perdurou por décadas no país. Ainda que nos primeiros anos dos governos chavistas a coalizão política que sustentava o governo fosse composta por forças sociais heterogêneas, com importantes representantes das tradicionais elites econômicas do país, após a tentativa de golpe de Estado contra o governo de Chávez, em 2002, a radicalização das reformas sociais, estatizantes e nacionalistas dos chavistas acelerou a conformação de um quadro político polarizado, contrapondo o nacionalismo-popular chavista, com forte apelo nas periferias urbanas, nos movimentos sociais de esquerda e nas Forças Armadas, a uma oposição majoritariamente dirigida pelas elites financeiras e pelas classes médias, contestatária às atribuições democráticas da constituição bolivariana.

O desenvolvimento do conflito entre os dois blocos, nas últimas duas décadas, resultou no atual cenário de imensa instabilidade política, marcado pela onipresente ameaça de guerra civil ou de intervenção estrangeira no conflito. O grau da fragilidade na capacidade de diálogo entre os antagonistas é refletido numa espécie de repetição do cenário da sociedade chilena às vésperas do golpe contra o presidente Salvador Allende, em 1973, mas com uma distinção imensamente significativa, afirmada pelo próprio Hugo Chávez: a revolução bolivariana é *pacífica, pero armada*. Tanto a inflexibilidade da oposição face às vitórias eleitorais do governo chavista, adotando de longa data estratégias subversivas visando a retomada do aparato estatal por fora das vias democráticas, quanto a retórica e práticas radicais de um governo com forte sustentação em movimentos sociais e nas Forças Armadas, contribuem, portanto, para o vislumbamento de duas saídas para o conflito em voga: seu equacionamento político, a ser concertado pelas forças sociais protagonistas dos embates em curso, ou sua radicalização, podendo acarretar uma guerra civil ou até mesmo uma intervenção estrangeira, tendo em vista os interesses geopolíticos adjacentes à questão venezuelana.

Evidentemente, o aumento da corrente migratória para o Brasil responde, de forma preponderante, aos componentes da crise econômica que assola a Venezuela, impulsionando a busca de parte de sua população por melhores oportunidades em outros países. Analisando as atuais dimensões do conflito na Venezuela, visivelmente se percebem tendências para – no caso de o governo e a oposição não estabelecerem um acordo para a resolução das controvérsias pelas vias democráticas e constitucionais – ampliarem-se as instabilidades econômicas e os consequentes processos migratórios, podendo até mesmo desembocar em um confronto armado. Desta forma, premente se faz para o Brasil conjugar esforços diplomáticos para contribuir na mediação do conflito entre governo

e oposição no território venezuelano, evitando a radicalização dos posicionamentos de ambos, único caminho capaz de frear o aumento exponencial do número de imigrantes e espantar a possibilidade de um confronto que transborde as fronteiras venezuelanas. A postura mediadora do Brasil em conflitos internos de outros países não é uma novidade para a diplomacia brasileira, que habilmente articulou, por exemplo, movimentações para evitar a acentuação dos confrontos inerentes à guerra civil colombiana, estando consciente de seus reflexos para a defesa da soberania nacional, em especial nas zonas fronteiriças ao território amazônico

Da mesma forma, a história da política exterior brasileira é recheada de inúmeros eventos nos quais, frente aos posicionamentos políticos radicais de outros países, o Brasil, de forma realista e pragmática, buscou interagir com estes e engajá-los em diálogos e arranjos de cooperação multilaterais, diluindo suas posturas isolacionistas e visando evitar eventuais deteriorações nas relações bilaterais brasileiras com qualquer dos países em questão. Caso clássico, neste sentido, foi a argumentação brasileira contrária à exclusão de Cuba da OEA, na esteira dos acontecimentos decorrentes da Revolução Cubana e da posterior Crise dos Mísseis. À época, o Brasil percebia que um isolamento hemisférico dos cubanos resultaria num previsível alinhamento destes à URSS, bem como num eventual apoio logístico à proliferação das guerrilhas urbanas e rurais de esquerda nos países latino-americanos, ação que de fato se concretizaria, em grande parte resultante do isolamento ao qual foi submetido o país caribenho. Desta forma, evitar uma exclusão da Venezuela dos arranjos regionais de cooperação e concertação política tende a colaborar nos esforços de mediação do conflito, tendo em vista que um ator engajado em compromissos multilaterais e processos estratégicos regionais tende a incrementar o cálculo político de suas ações internas, o que naturalmente inibiria parte das radicalizações políticas estéreis hoje propostas pelo governo bolivariano frente ao conflito corrente.

Ao reproduzirem aleatoriamente declarações ofensivas e degradantes acerca das políticas exercidas pelo governo Nicolás Maduro, as atuais lideranças políticas brasileiras mais estreitam do que ampliam a capacidade do Brasil contribuir para o equacionamento das questões internas deste importante vizinho, reproduzindo, de certa forma, o sectarismo da *Doutrina Betancourt*, outrora apregoada pelos venezuelanos contra os governos ditatoriais sul-americanos. Há de se perceber, neste sentido, que mais do que uma política de governo, a manutenção de um bom nível de relacionamento do Brasil com a Venezuela constitui uma política de Estado, consubstanciada em importantes concertações multilaterais, especialmente no Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e na posterior Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), na adesão da Venezuela ao Mercosul, na construção da IIRSA e da Unasul, mas também em substanciais aproximações bilaterais, demonstradas tanto pelo Compromisso de Caracas, de 1987, quanto pelas convergências políticas estabelecida entre Chávez e Fernando Henrique Cardoso na transição do século XX para o XXI e na posterior elevação da relação entre ambos os países à Aliança Estratégica, em 2005, durante visita de Lula à Caracas. Antes de qualquer ideologização das ações a serem tomadas frente ao país vizinho, devem ser levados em conta os interesses geopolíticos estratégicos do Estado brasileiro, que nas relações com a Venezuela constituem questões como

o aprofundamento do processo de integração sul-americana, a garantia da segurança energética brasileira e a manutenção da ordem social e da soberania do país nas zonas fronteiriças da região amazônica.

Além do mais, progressivamente, a crise política interna do país vizinho tem sido internacionalizada, com a ingerência de potências como Estados Unidos da América, China e Rússia em seus acontecimentos. No caso, os EUA têm favorecido sistematicamente os setores oposicionistas, desde a tentativa de golpe de Estado em 2002, passando pelo apoio informal às posteriores lideranças divergentes e, recentemente, pelo reconhecimento do governo paralelo de Juan Guaidó. Antagonicamente, a Rússia tem fornecido suporte político, econômico e militar ao governo de Nicolás Maduro, ao mesmo tempo em que os chineses procuram mediar a situação, desencorajando uma possível intervenção militar dos Estados Unidos no conflito.

Guardadas as proporções, situação semelhante se encontra na trajetória diplomática brasileira ao longo do século XX, com referência à situação da vizinha Guiana, há décadas em litígio com a Venezuela referente à posse da região de Essequibo. Em 1968, Cheddi Jagan foi eleito presidente da Guiana, representando uma ala política nacionalista e mencionando, em seus discursos, intenções de buscar parcerias para além da esfera de influência ocidental, mais especificamente com “amigos com foguetes”, em clara referência à URSS e à China (GALVÃO, 2012). Temendo o aumento da instabilidade na região e uma possível internalização da Guerra Fria no ambiente sul-americano, o Brasil optou por uma política de apaziguamento, visando inibir um confronto indireto de superpotências nas proximidades de suas fronteiras:

Havia o receio da disseminação dos ideais comunistas, da contaminação política da região, uma vez que o regime cooperativista instalado em 1979 na Guiana era de inspiração socialista e, principalmente, da atração das duas superpotências para a região, especialmente os EUA, que já incursionavam – patrocinando golpes e promovendo intervenções – pelo Caribe e América Central. Assim, a atitude de Brasil e Venezuela foi se aliar para perseguir duas políticas semelhantes: frear diplomaticamente o ímpeto intervencionista estadunidense e neutralizar a presença comunista na fronteira norte sul-americana, diante da promoção da cooperação com Georgetown. (GEHRE, 2012, p. 108)

Consequentemente, o Brasil buscou uma posição equidistante no conflito entre Venezuela e Guiana pela região de Essequibo, estabelecendo uma postura imparcial, com o ideal político de construir, simultaneamente, duas rodovias que partissem de Boa Vista até as fronteiras venezuelana e guianense, uma interligação viária que simbolicamente selaria a paz entre as nações, a partir da mediação brasileira (GALVÃO, 2012). De certa forma, a atual situação da Venezuela lembra em partes a questão da Guiana do século passado, com o adendo de que a internacionalização do conflito representaria, hoje, a internalização, para o ambiente sul-americano, daquilo que Bandeira (2014) conceituou como a *Segunda Guerra Fria*. Portanto, evidentemente, qualquer movimentação político-diplomática brasileira que não a da mediação e dissuasão de um eventual conflito aparece enquanto

flagrante obstáculo para o regular avanço de políticas de Estado há décadas construídas no âmbito de suas diretrizes de inserção regional, especialmente as de segurança e defesa.

Ademais dos esforços político-diplomáticos a serem tomados, a atuação incisiva do Estado nacional no processo de recepção dos imigrantes venezuelanos aparece enquanto condição crucial para o equacionamento de conflitos, especialmente na zona fronteira de Roraima, onde são agudizadas as contradições da abrupta assimilação dos imigrantes à sociedade brasileira (Figura 3). Cabe ressaltar que no Estado de Roraima se encontra a terra indígena Raposa-Serra do Sol, com polêmica demarcação homologada pelo presidente Lula¹, em 2005, exemplo patente da conjugação regional de contradições sociais com questões geopolíticas, que envolvem desde movimentos sociais locais até interesses de grandes potências militares e econômicas estrangeiras. Da mesma, passos-em-falso da diplomacia brasileira, como a assinatura da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, em 14 de setembro de 2007, aparecem, nas palavras de Darc Costa (2014), como um verdadeiro *Cavalo de Troia*, ao abrirem margem para possível alienação do território nacional, aumentando a complexidade do tema em questão.



Figura 3 – Mapa de Roraima com delimitação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol.

Fonte: *Folha de S.Paulo* (30 jan. 2018).

E não por acaso, diversas Organizações Não Governamentais, por sinal *questionavelmente não governamentais*, financiadas com dinheiro estrangeiro, atuam na região promovendo uma *despolitização politicamente calculada* de temáticas como a defesa do

meio ambiente, da demarcação de terras indígenas e, mais atualmente, do recebimento ao crescente número de imigrantes. Se no âmbito da defesa das políticas de demarcação de terras indígenas e de áreas de preservação ambiental os esforços destas organizações se concentram numa espécie de *congelamento da exploração econômica* das áreas reivindicadas, quando atuando no campo da recepção aos imigrantes desnudam seus posicionamentos políticos de formas sutis, como nas requisições pela *não ingerência das Forças Armadas* neste processo e demandando um *perfil humanitário* no trato do Estado brasileiro para com o processo de assimilação, ignorando o caráter de defesa da soberania nacional e de planificação da inserção dos imigrantes na sociedade brasileira induzido pela ação estatal. Neste caso específico, além da solicitação colidir com as atribuições constitucionais delegadas às Forças Armadas, também contrapõe importantes diretrizes do Plano de Defesa Nacional e do Livro Branco da Defesa Nacional:

A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias. A vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012a, p. 22)

Otimização do controle sobre atores não governamentais, especialmente na região amazônica, visando à preservação do patrimônio nacional, mediante ampla coordenação das Forças Armadas com os órgãos governamentais brasileiros responsáveis pela autorização de atuação no País desses atores, sobretudo daqueles com vinculação estrangeira. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012b, p. 332)

Não é necessária muita pesquisa em meios virtuais para que se encontrem dados acerca do financiamento internacional de várias ONGs atuantes na Amazônia brasileira. No mínimo curioso é o fato de várias destas organizações serem sustentadas pelas mesmas instituições responsáveis por municiar financeiramente ONGs que lideraram o violento processo de derrubada do presidente ucraniano Viktor Yanukovich², em 2014, num conflito com amplas repercussões geopolíticas, responsável por gerar antagonismos crescentes entre potências como os Estados Unidos da América e a Rússia. Nesse sentido, por demais pertinente é a análise do ex-Ministro da Defesa, Aldo Rebelo, acerca dos interesses em jogo nesta complexa cena onde atores transnacionais promovem atividades pretensamente altruístas em regiões ricas em minerais estratégicos e biodiversidade, ao mesmo tempo em que induzem o afastamento do Estado nacional, e de suas instituições, destas mesmas regiões:

O ambientalismo e o indigenismo de inspiração externa constituem uma forma de guerra comercial contra o Brasil, dirigida principalmente contra dois objeti-

vos: a expansão da fronteira agrícola e a ampliação da fronteira mineral do País. No primeiro caso, protege-se a agricultura deficitária e subsidiada dos países ricos; e no segundo, defende-se a estabilidade do preço dos minérios comercializados pelas companhias europeias, de vez que a prospecção do ouro, diamante e outros minérios na Amazônia poderia alterar a cotação no mercado mundial. Para os dois casos, a mesma solução: imobilizar toda a vastidão amazônica, rica em potencial agrícola e mineral, transformá-la em santuário intocável, uma espécie de *Antártida verde*, sobre a qual se estabelece uma moratória de exploração, até que os donos do mundo resolvam seu destino. (REBELO, 2010, p.,125)

Essa latente disputa de interesses na região amazônica – sutilmente mascarada através de *lobbies* políticos, acadêmicos e de uma nebulosa *sociedade civil* – realça as necessidades de atenção diante dos acontecimentos deflagrados na região, ainda mais quando envolvendo o tema em questão, decorrente de uma enorme crise política e econômica num país vizinho que possui uma reconhecida aliança estratégica com o Estado brasileiro. A conjugação da crise do país e aliado vizinho, do exponencial aumento do contingente migratório, da vulnerabilidade das fronteiras brasileiras, da reduzida capacidade do Estado de Roraima integrar os imigrantes à sua vida econômica e da evidente existência de interesses estrangeiros que se manifestam por diversas formas na região apenas reforçam o apelo para que o Brasil atente para a questão migratória com um olhar cuidadoso, percebendo sua dimensão humanitária mas, paralelamente, interagindo ativamente com seu componente político.

Ainda no governo de Michel Temer, o Brasil aderiu ao chamado Grupo de Lima, reunindo chanceleres de países americanos dispostos a buscar uma saída pacífica para a crise venezuelana. A postura do grupo tem sido de rechaço às manobras do governo de Nicolás Maduro, aprovando sanções à Venezuela e, de certa forma, alinhando-se às reivindicações da oposição local. Com a eleição do governo Bolsonaro e o recrudescimento das pressões dos Estados Unidos da América para uma possível intervenção militar na Venezuela, a expectativa é de um aumento das hostilidades nas relações Brasil-Venezuela. Ainda assim, tem sido manifestada flagrante contradição entre os setores mais ideológicos do novo governo, ilustrados por figuras como o chanceler Ernesto Araújo e membros do clã Bolsonaro, e sua respectiva ala militar, de maior pragmatismo, com nomes como o do vice-presidente Hamilton Mourão e de Augusto Heleno: enquanto os primeiros adotam uma postura patentemente ofensiva frente ao país vizinho, os segundos parecem prezar por maior alinhamento às tradições das políticas externa e de defesa do país, priorizando a resolução pacífica de conflitos e a obstrução de um eventual confronto armado, com o qual o Brasil obviamente apenas teria a perder, em termos políticos, econômicos e sociais.

Considerações Finais

Destacamos, ao longo do trabalho, as determinantes políticas responsáveis por impulsionar o fluxo migratório venezuelano nos últimos anos, bem como os efeitos da progressiva chegada de imigrantes venezuelanos ao Brasil, especialmente no vulnerável eixo Paracai-

ma-Boa Vista, em Roraima. Pensando este fenômeno em termos estratégicos e inserindo-o na perspectiva da formulação das políticas brasileiras de segurança e defesa, ressaltamos a necessidade de o Estado brasileiro abordar esta questão migratória a partir de suas múltiplas dimensões, atentando não apenas à sua evidente face humanitária, mas também às suas importantes implicações políticas, sociais e econômicas para a sociedade brasileira.

Os riscos da eclosão de uma guerra civil ou de uma intervenção estrangeira na Venezuela existem, e o onipresente fantasma dos interesses estrangeiros no território amazônico também, fatores que, se conjugados, possuem potencial para impulsionar um processo de *balcanização* da região. Sem dúvidas, auxiliar o equacionamento político do conflito interno venezuelano e garantir a predominância das orientações do Estado brasileiro e de suas instituições no processo de acolhimento aos imigrantes, especialmente no Estado de Roraima, são duas tarefas indispensáveis para a pacificação das situações aqui destacadas, e espera-se que, conscientes dos interesses nacionais historicamente instituídos, as orientações governamentais do Brasil se encaminhem neste sentido.

Referências Bibliográficas

ACNUR. *Venezuela situation: responding to the needs of people displaced from Venezuela*. Genebra: ACNUR, 2018.

ASANO, C. Com 40.000 venezuelanos em Roraima, Brasil acorda para sua “crise de refugiados”. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071_492585.html. Acesso em: 27 jul. 2018

BANDEIRA, L. A. M. *A desordem mundial: o espectro da total dominação – guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. *Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Funag, 2010.

BRASIL. *Medida Provisória nº 820/2018*. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Brasília, 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório da Comissão Especial da Câmara dos Deputados constituída para analisar a demarcação da terra indígena Raposa-Serra do Sol*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/militares-amazonia/doc_relataRCE1.pdf. Acesso em: 27. jul. 2018.

CERVO, A. L. A Venezuela e seus vizinhos. In: GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H. (orgs.). *Venezuela: visões brasileiras*. Rio de Janeiro: Funag, 2001.

Implicações da Crise Migratória Venezuelana para as Políticas Brasileiras de Segurança e Defesa

COMO O BRASIL LIDA COM A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA. NEXO. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/14/Como-o-Brasil-lida-com-a-imigra%C3%A7%C3%A3o-venezuelana>. Acesso em: 27. jul. 2018.

COSTA, D. *Fundamentos para o estudo da estratégia nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

EL FMI PREVÉ QUE LOS PRECIOS SUBAN EN VENEZUELA UN 1.800.000% EN DOS AÑOS. *El País*. Disponível em: https://elpais.com/economia/2018/04/17/actualidad/1523934621_077871.html. Acesso em: 26 fev. 2019.

FGV DAPP. *Desafio migratório em Roraima: repensando a política e gestão da migração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018.

GALVÃO, T. G. *Uma história de parceria: as relações entre Brasil e Venezuela (1810-2012)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

HARNECKER, M. *Hugo Chávez Frías, um homem, um povo*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ÍNDIOS EM RORAIMA CRIAM GADO EM FAZENDAS “HERDADAS” DE RURALISTAS. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1954274-indios-em-roraima-criam-gado-em-fazendas-herdadas-de-ruralistas.shtml>. Acesso em: 26 fev. 2018.

KORYBKO, A. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARTINS, C. E. “Venezuela”. Em: *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MENDES, F. S. *Hugo Chávez em seu labirinto: o Movimento Bolivariano e a política na Venezuela*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Política Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

NOGARA, T. S.; OLIVEIRA, T. P. “O MBR-200 e o enfrentamento prolongado ao neoliberalismo”. *REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos*, v. 7, p. 53-75, 2017.

OIM. Tendencias migratorias nacionales em América del Sur: República Bolivariana de Venezuela. Buenos Aires: Oficina regional de la OIM, 2018. Disponível em: http://ro-buenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias_Migratorias_Nacionales_en_America_del_Sur_Venezuela.pdf. Acesso em: 27 jul. 2018.

OPERAÇÃO ACOLHIDA: A MÃO AMIGA EM RORAIMA. Blog do Exército Brasileiro. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/operacao-acolhida-esperanca-para-venezuelanos-desassistidos-no-estado-de-roraima-1.html>. Acesso em: 26 fev. 2019.

REBELO, A. *Raposa-Serra do Sol: o índio e a questão nacional*. Brasília: Thesaurus, 2010.

RORAIMA ENTRA COM AÇÃO NO STF PARA PEDIR FECHAMENTO DA FRONTEIRA COM A VENEZUELA. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/roraima-anuncia-acao-no-stf-para-pedir-para-fechar-fronteira-na-venezuela.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2018.

TEMER DIZ QUE É “INCOGITÁVEL” FECHAR FRONTEIRA COM A VENEZUELA. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/temer-diz-que-e-incogitavel-fechar-fronteira-com-a-venezuela.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2018.

VAZ, A. C. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços. *Análise Estratégica*, v. 3, n. 3, p. 1-7, 2017.

VISENTINI, P. F. “A política externa da Venezuela frente a globalização, 1989-2001”. In: GUIMARÃES, S. P. & CARDIM, C. H. (orgs.). *Venezuela: visões brasileiras*. Rio de Janeiro: Funag, 2001.

Recebido em: 28/07/2018

Aceito em: 06/01/2019

¹ Sua demarcação em terras contíguas, baseada em laudo antropológico da FUNAI, recebeu uma série de críticas por parte das autoridades do Estado roraimense, de substancial parcela do Congresso Nacional e, especialmente, das Forças Armadas brasileiras. O Relatório da Comissão Especial da Câmara dos Deputados constituída para analisar a demarcação da terra indígena Raposa-Serra do Sol (2004) observou negligência do laudo antropológico para com as questões referentes à defesa nacional, e exigiu a retirada da demarcação das áreas cujo aproveitamento era fundamental para o bem-estar da economia do Estado de Roraima, – basicamente 10% do total da TI, com próspero desenvolvimento da rizicultura – bem como uma faixa de 15km ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela, atentando à preservação da paz social e da segurança nacional. Tanto estas reivindicações quanto a de convocação do Conselho de Defesa Nacional para apreciar a questão não foram atendidas, incluindo na TI Raposa-Serra do Sol áreas que respondiam por quase 60% da produção agrícola local e por 10,25% do PIB de Roraima, território riquíssimo em recursos naturais e minerais, incluindo reservas de diamante, molibdênio, ouro, ametista, cobre, caulim, barita, diatomito, zinco, titânio, calcário e nióbio, além de indícios de urânio e tório (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004).

² Para maiores detalhes acerca do financiamento de ONGs envolvidas com as chamadas *revoluções coloridas*, ver Bandeira (2016) e Korybko (2018).